

*Mayara Sousa de
Oliveira Nérís*

Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e membro do corpo editorial do Cosmopolítico

A GEOPOLÍTICA COMERCIAL DA PARCERIA ECONÔMICA GLOBAL ABRANGENTE (RCEP) PARA A CHINA

O anúncio da Parceria Econômica Global Abrangente (RCEP), considerado o maior bloco econômico de comércio do planeta, desloca ainda mais os olhos do mundo para o leste do mapa-múndi. O acordo conta com a participação de quinze países do Pacífico, os quais incluem China, Japão, Coreia do Sul, Austrália, Nova Zelândia e os dez países membros da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) – Tailândia, Indonésia, Malásia, Filipinas, Singapura, Vietnã, Myanmar, Laos, Camboja e Brunei. Esses países já possuíam laços econômicos estreitos, conforme os fóruns ASEAN+3 e ASEAN+6 demonstram (LEWIS, 2013). A Índia, que também participava das negociações, decidiu sair do acordo devido a inseguranças sobre a possível invasão de produtos chineses em seu mercado, prejudicando sua produção interna, mas sua entrada ainda pode ocorrer no futuro (BBC NEWS, 2020; LIY, 2020). Gantz (2016) já alertava que a Índia tinha baixas ambições quanto à redução de tarifas e que só haveria assinatura caso cedessem às suas demandas. Como isso não aconteceu, a outra alternativa para a conclusão das negociações era sua retirada.



A RCEP, cujo acordo foi assinado virtualmente em 15 de novembro de 2020 devido à pandemia do coronavírus, corresponde a mais de 30% do PIB e de 30% da população mundial (ASEAN, 2020). As negociações começaram em 2012, todavia, passaram a ficar mais consistentes apenas a partir de 2014; desde então, cerca de 30 rodadas oficiais de discussão ocorreram, além de discussões informais de diplomatas e técnicos entre as rodadas e quatro encontros das lideranças dos países (TRADE TALKS, 2020). A importância econômica desse acordo é significativa, especialmente no que concerne à criação de espaço comum de regras (WITCAST, 2020). Além disso, a grande esperança dos especialistas é de que a Parceria Econômica Global Abrangente ajude na reconstrução de cadeias de logística e comércio no pós-pandemia (BBC NEWS, 2020; KURTENBACH, 2020).

O texto do acordo em si não traz grandes revoluções. Sua intenção, segundo Keith Bradsher e Ana Swanson do *New York Times* (2020), é formalizar os negócios já existentes entre os países, ou mesmo estender o alcance de termos negociados em alguns acordos bilaterais. Como muitos acordos de livre comércio, inclusive o Mercosul¹, as tarifas em setores considerados sensíveis são mantidas. O tempo de implementação do acordo, de 20 anos, também é considerado longo para que se alcancem mudanças substanciais (ALIFANDI et al., 2020). No entanto, a gestão da *supply chain* se torna muito mais eficiente quando os procedimentos são padronizados para todos os membros da cadeia, sendo esse um dos objetivos da parceria. Wilson (2015, p. 348) afirma que um grande número de acordos de livre comércio foi assinado na região da Ásia-Pacífico com os países da ASEAN desde os anos 2000, contudo, muitos desses acordos eram bilaterais, com amplas variações em seus conteúdos e regras específicas para cada um deles, gerando inconsistências que, além de complicar o sistema de comércio regional, acabavam por aumentar a burocracia e as taxas de importação. A RCEP traz a possibilidade de consolidação da cadeia logística ao cobrir grande parte do universo tarifário, medidas de regras de origem e facilitação comercial e aduaneira (WITCAST, 2020). Embora o acordo seja considerado de baixa ambição por focar principalmente na redução de tarifas, uma de suas grandes vantagens é justamente a capacidade de incorporar economias tão diferentes num único acordo objetivo, excluindo possíveis em-

¹ Ver TARIFA EXTERNA COMUM (TEC). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms/oqueeomercosul.html/tarifacomum.html>. Acesso em 01 fev. 2021.

bargos advindos de temas mais controversos como agricultura, uniformizando, assim a colcha de retalhos de acordos de livre comércio na região (WILSON, 2015). Além disso, é a primeira vez que Japão, China e Coreia do Sul assinam um acordo de livre comércio juntos, o que aumenta a esperança de que os três países possam alcançar um inédito acordo de livre comércio trilateral no futuro (KURTENBACH, 2020).

Ao longo de vinte capítulos e dezessete anexos, o acordo do RCEP sem dúvidas foca na normatização de processos relativos ao comércio internacional entre os países. Entre os conteúdos abordados, destacam-se aqueles que dizem respeito principalmente à redução ou eliminação de taxas alfandegárias, uniformização das regras de origem para a exportação, transparência coletiva acerca de barreiras não-tarifárias e regulações técnicas e de padrões coletivos (ASEAN, 2020). A questão da elaboração de um certificado de origem unificado é extremamente importante, uma vez que define o país de origem do produto exportado enquanto membro de um grupo com regras comuns, tornando-o, portanto, elegível para se beneficiar de tratamento preferencial (ASEAN, 2020). Esse é um tópico sensível pois algumas nuances na produção podem interferir no que define a origem de um produto. A utilização de matéria prima importada de países fora do bloco, por exemplo, é um fator que pode alterar custos e concepção da origem da mercadoria.

Está evidente que o arranjo normativo a ser construído passa pela institucionalização de uma ordem liberal. Há uma associação positiva entre o crescimento econômico dos países e os princípios da Parceria Econômica Global Abrangente, os quais seguem as premissas liberais de redução de taxas e adoção do livre comércio. As palavras chave para definir o próprio acordo segundo a Asean são: moderno, de alta qualidade, compreensivo e mutuamente benéfico. A concepção de modernidade é muitas vezes associada como a consequência da adoção de um modelo de conduta racional ou como um “novo estágio civilizatório, apresentado como resultado histórico da ação de forças econômicas [...]” (SANTOS, 1998, p. 9). Segundo Rosenbaum (2018), uma rede de comércio internacional liberal se mostrou um movimento necessário para que a região asiática pudesse competir com outras que já adotam esse modelo, especialmente após a crise financeira asiática de 1997, quando a falta de coordenação econômica coletiva agravou a situação individual dos países.

Vale ressaltar que essa análise contesta a visão de economistas como

Ha-Joon Chang (2004), que no célebre livro “Chutando a Escada” demonstra de que maneira medidas protecionistas foram utilizadas para o crescimento e consolidação de algumas das principais economias do mundo, como Estados Unidos e Inglaterra. Yonekura e Shimizu (2010) também demonstram como o desenvolvimento japonês só foi possível devido às tentativas do Ocidente de submeter o Japão ao seu domínio, cuja resposta foi a Restauração Meiji, com medidas que buscavam a modernização de diversos setores. A economia japonesa não se desenvolveu seguindo os preceitos do liberalismo, mas através de um tipo específico de conglomerados, os *zaibatsus*, organizações que concentravam recursos administrativos na mão de algumas poucas famílias (YONEKURA E SHIMIZU, 2010). No que tange à China, Berger e Huntington (2004) analisam que a elite empresarial chinesa não tem em perspectiva sua ocidentalização, uma vez que a própria forma chinesa de fazer negócios traz sucesso e grande capacidade de sobrevivência.

Rahman e Ara (2015) investigam o impacto de três grandes acordos multilaterais nas economias do sul da Ásia e, numa análise que ainda inclui a Índia, concluem que, caso as tarifas de importação fossem totalmente eliminadas entre todos os países membros da RCEP, os países excluídos da região teriam queda em suas exportações e perda de bem-estar. Há uma grande chance que as maiores economias sejam beneficiadas com o arranjo do acordo, notoriamente China e Japão (BBC, 2020). Conforme aponta Hsieh (2019), os dois países competem pela liderança econômica regional desde os anos 2000. Mesmo que o processo de discussão sobre a RCEP seja conduzido pela ASEAN enquanto organização, a centralidade da disputa entre os dois países citados não pode ser negligenciada. Ambos buscam construir uma estrutura de comércio internacional mais favorável a si próprios no Leste Asiático; o Japão, por exemplo, lutou pela inclusão de patentes e propriedade intelectual na RCEP devido à sua superioridade no tema (ROSENBAUM, 2018). O estudo estatístico de Kamada e Yoshida (2020) demonstra que, considerando a área do RCEP como um único grupo ou um país, o acordo pode gerar impactos significativos na economia japonesa, revitalizando não apenas a atividade comercial dos fabricantes japoneses, mas proporcionando expansão no exterior, bem como dos negócios localmente. Já a China poderá ser favorecida pela inclusão de termos como *e-commerce* e cooperação tecnológica (ALIFANDI et al., 2020).

Wilson (2015) atesta que uma escolha pela RCEP reafirma a importância

da ASEAN enquanto centro do comércio internacional regional. Embora a China seja a grande financiadora e maior economia do acordo, Oba (2016) reforça que seus interesses não podem simplesmente ser impostos, devido justamente à natureza da condução do acordo em bloco e à importância do Japão nos acordos comerciais da região. A rivalidade explicitada entre os atores, no entanto, não significa que não atuem em conjunto visando à estabilidade da região quando necessário. Os dois países, por exemplo, coordenaram juntos a Iniciativa Chiang Mai (CMI), contribuindo com recursos para proteção das moedas locais asiáticas, e buscando também promover um tipo de integração financeira entre membros da ASEAN (KLEIN, 2017).

É notadamente a atuação dos Estados Unidos, mais especificamente através do acordo chamado Parceria Transpacífica (TPP), que constrói a trama geopolítica para a fomentar a existência da RCEP. Conforme afirma Rosenbaum (2018), o andamento de negociações do TPP provocou certas preocupações na China e no Japão e cessa, ou ao menos reduz, a competição entre ambos. O crescimento econômico do sudeste asiático, que passa a ser cada vez mais relevante no cenário internacional, torna a atuação dos dois países importante, especialmente na tentativa de construção de uma aliança consistente (SIMÕES, 2012). Segundo Ye (2015), o TPP é um mecanismo coercitivo para pressionar a China, além de procurar ditar os termos de comércio no Sudeste Asiático. O entusiasmo e escolha dos países membros pela RCEP ou TPP significa um posicionamento geopolítico, o qual pode significar benefícios na relação com uma das potências e deterioração com a outra (WILSON, 2015).

Apesar da importância do Japão no pano de fundo político e econômico, são Estados Unidos e China as duas maiores economias do mundo, travando disputas ideológicas, políticas e econômicas contemporaneamente, as quais em grande medida definem os rumos da ordem mundial. Portanto, é de se compreender porque a assinatura do acordo parece simbolizar uma vitória da China em relação aos Estados Unidos, como aponta Catherine Wong no jornal *South China Morning Post* (2020). Conforme a reportagem de Kurtenbach (2020), Gareth Leather, economista sênior da *Capital Economics*, identifica a China como grande campeã da globalização e cooperação multilateral. Autores como Klein (2017) argumentam que “Ao abandonar o projeto da Aliança Transpacífica, do qual a China nunca participou, o governo norte-americano pode ter dado uma vantagem para a política regional chinesa e sua proposta de uma

área de livre comércio na região Ásia-Pacífico” (KLEIN, 2017, p. 185).

O afastamento político e econômico dos Estados Unidos na região pode resultar em perda de sua influência, especialmente em um contexto de assertividade chinesa (KLEIN, 2017). É incerto o quanto os efeitos do afastamento promovido na administração de Donald Trump – que assinou a saída dos Estados Unidos do mencionado tratado apenas três dias depois de sua posse – podem ser revertidos durante o governo do recém-empossado Joe Biden. A nomeação de Kurt Campbell, *Chief Executive Officer* (CEO) do *The Asia Group* e ex-secretário adjunto de Estado dos EUA para Assuntos do Leste Asiático e Pacífico, como coordenador de assuntos do Indo-Pacífico da Casa Branca demonstra como a contenção chinesa volta a ser prioridade nessa administração (GREEN, 2021). Pode estar nos planos do novo presidente retornar ao TPP para tentar conter a influência chinesa (ALIFANDI et al., 2020). No entanto, a informação ainda é controversa, tendo em vista que muitos analistas duvidam que Biden fará uma pressão assertiva para voltar ao pacto, uma vez que sua maior prioridade parece ser a recuperação econômica no pós-pandemia, com foco em investimento na tecnologia norte-americana (BRADSHER; SWANSON, 2020; KURTENBACH, 2020; LIY, 2020).

Pode-se acreditar também que disputas políticas e econômicas entre os países signatários terão impacto na RCEP, em decorrência da rivalidade entre Estados Unidos e China. Os aliados históricos dos Estados Unidos dentro da Parceria, entre eles a Austrália, representam dois terços do comércio chinês total com membros do acordo (ALIFANDI et al., 2020). Além disso, muitos países do Leste Asiático possuem disputas territoriais com a China, sendo as do Mar da China Oriental e no Mar do Sul da China consideradas por Moraes (2015, p. 23) um dos principais riscos à estabilidade da região, podendo acarretar em consequências econômicas e políticas globais. Logo, como a Parceria Econômica Global Abrangente entrelaça questões econômicas delicadas, cujas negociações envolvem termos políticos, é provável que sofra retaliações em decorrência dos termos apresentados.

De acordo com o relatório da McKinsey de 2012, “*Urban world: Cities and the rise of the consuming class*”, o centro de gravidade da balança comercial global está sendo deslocado para a Ásia numa velocidade sem precedentes. Segundo Stuart Tait, chefe da divisão comercial Ásia-Pacífico do HSBC, o comércio intra-Ásia alimenta o crescimento econômico global e já é maior do que o

comércio da Ásia com a América do Norte e a Europa combinados; a assinatura da RCEP, nesse sentido, apenas reforça a tendência do centro de gravidade econômico firmar-se cada vez mais na Ásia (WRAGG, 2020). De acordo com o Asian Development Bank, cerca de 60% do comércio total asiático ocorre dentro do continente (ALIFANDI et al., 2020).

A pandemia do coronavírus, no entanto, acabou freando o outrora ascendente e veloz crescimento do mercado de 650 milhões de pessoas do Sudeste Asiático (KURTENBACH, 2020). Dessa forma, um acordo econômico de livre comércio nesse contexto de fragilidade tornaria as economias da região em geral cada vez mais interdependentes e, principalmente, dependentes daquela que afirma sua preponderância e preocupação com o desenvolvimento coletivo. Há no acordo, portanto, interesses de cunho não somente econômico, mas estratégico. A Ásia se consolida como região comprometida ao multilateralismo – política que os Estados Unidos renegaram durante a administração de Trump com o lema “*America First*” – sob uma liderança bem evidente (LIY, 2020). Mesmo aliados históricos dos EUA, como Austrália e Japão, voltaram-se para a China como a única alternativa (GUNIA, 2020).

As consequências para os Estados Unidos também possuem dupla faceta: a influência estadunidense é minada e vista com ainda mais desconfiança, ao mesmo tempo que suas empresas encontrarão mais dificuldades de infiltração no maior mercado em ascendência do mundo, que estabelece o regionalismo como forma de desenvolvimento. A China sai como vencedora desse *round* da guerra comercial, que como afirma Lau (2019), não ocorre pelo comércio em si, mas pela competição entre China e Estados Unidos em busca da dominação econômica e tecnológica do mundo. A abertura comercial para o mundo, não o isolacionismo, com parcerias com a União Europeia, ASEAN, Japão e Rússia, é o caminho para o crescimento chinês (LAU, 2019). Com a Parceria Econômica Global Abrangente, não só essa recomendação é seguida em termos econômicos, mas cria-se também a possibilidade de estreitar laços políticos – o que pode ser essencial na consolidação da China como maior potência mundial.

REFERÊNCIAS

ALIFANDI, Anton et al. Geopolitics in supply chains: The Regional Comprehensive Economic Partnership. **IHS Markit**, 20 nov. 2020. Disponível em: <https://ihsmarkit.com/research-analysis/geopolitics-in-supply-chains-rcep.html>. Acesso em 05 jan. 2021.

ASSOCIATION OF SOUTHEAST ASIAN NATIONS (ASEAN). **Summary of the Regional**

Comprehensive Economic Partnership Agreement. Statement & Communiqués, 15 nov. 2020. Disponível em: <https://asean.org/storage/2020/11/Summary-of-the-RCEP-Agreement.pdf>. Acesso em 21 dez. 2020.

BERGER, Peter L. e HUNTINGTON, Samuel (orgs.). **Muitas Globalizações**. Diversidade Cultural no Mundo Contemporâneo. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2004.

BRADSHER, Keith; SWANSON, Ana. China-Led Trade Pact Is Signed, in Challenge to U.S. The New York Times, 15 nov. 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/11/15/business/china-trade-rcep.html>. Acesso em 22 dez. 2020.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada**. Unesp, 2004.

COMO o RCEP, o maior tratado de livre-comércio do mundo, afeta o Brasil e a América Latina. **BBC News**, 17 nov. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-54971949>. Acesso em 22 dez. 2020.

GANTZ, David A. The TPP and RCEP: Mega-Trade Agreements for the Pacific Rim. **Ariz. J. Int'l & Comp. L.**, v. 33, p. 57, 2016.

GREEN, Michael J. Biden Makes His First Bold Move on Asia. **Foreign Policy**, 13 jan. 2021. Disponível em; <https://foreignpolicy.com/2021/01/13/kurt-campbell-biden-asia-china-appointment/>. Acesso em 16 jan. 2021.

GUNIA, Amy. Why the U.S. Could Be the Big Loser in the Huge RCEP Trade Deal Between China and 14 Other Countries. **TIME**, 17 nov. 2020. Disponível em: <https://time.com/5912325/rcep-china-trade-deal-us/>. Acesso em 08 fev. 2020.

HSIEH, Pasha L. Asia's Response to the US Indo-Pacific Strategy: Building the RCEP. In: **Proceedings of the ASIL Annual Meeting**. 2019.

KAMADA, Keisuke; YOSHIDA, Kentaro. Analysis of Rebuilding the Supply Chain in RCEP Region—From the Perspective of New-Economic Geography. In: SHIOJI, Hiromi et al. **Management for Sustainable and Inclusive Development in a Transforming Asia**. Springer Singapore Pte. Limited, 2020.

KLEIN, Magno Silva. China, uma potência regional: análise da atuação chinesa no leste asiático. **Colombia Internacional**, v. 92, p. 157-187, 2017.

KURTENBACH, Elaine. China, 14 other countries sign world's biggest trade pact. **The Globe and Mail**, 15 nov. 2020. Disponível em: <https://www.theglobeandmail.com/business/international-business/article-china-14-other-countries-sign-worlds-biggest-trade-pact/>. Acesso em 10 jan. 2020.

LAU, Lawrence J. The China-US trade war and future economic relations. **China and the World**, v. 2, n. 02, p. 1950012, 2019.

LEWIS, Meredith Kolsky. The TPP and the RCEP (ASEAN6) as Potential Paths toward Deeper Asian Economic Integration. **Asian J. WTO & Int'l Health L & Pol'y**, v. 8, p. 359, 2013.

LIY, Macarena Vidal. China e outros 14 países da Ásia e Oceania assinam o maior acordo comercial do mundo. **El País**, 16 nov. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-11-16/china-e-otros-14-paises-da-asia-e-oceania-assinam-o-maior-acordo-comercial-do-mundo.html>. Acesso em 22 dez. 2020.

MCKINSEY GLOBAL INSTITUTE. **Urban world**: Cities and the rise of the consuming class. 2012, 92 p. Disponível em: <https://www.mckinsey.com/featured-insights/urbanization/>

urban-world-cities-and-the-rise-of-the-consuming-class#. Acesso em 10 jan. 2020.

MORAES, Rodrigo Fracalossi de. **A ascensão naval chinesa e as disputas territoriais marítimas no Leste Asiático**. IPEA, 2015.

OBA, Mie. TPP, RCEP, and FTAAP: multilayered regional economic integration and international relations. **Asia-Pacific Review**, v. 23, n. 1, p. 100-114, 2016.

RAHMAN, Mohammad Masudur; ARA, Laila Arjuman. TPP, TTIP and RCEP: implications for South Asian economies. **South Asia Economic Journal**, v. 16, n. 1, p. 27-45, 2015.

ROSENBAUM, Chika Yamamoto. RCEP or TPP? An Empirical Analysis Based on Global Experience. **Asian Politics & Policy**, v. 10, n. 3, p. 427-441, 2018.

SANTOS, Theotônio dos. **A teoria da dependência: balanço e perspectivas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SIMÕES, Leticia Cordeiro. **Integração regional no leste asiático: ASEAN, ASEAN+ 3 e a disputa pela liderança regional**. 2012. Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UERJ. Disponível em: http://www.bdtd.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4852.

TRADE TALKS 143. RCEP – Separating fact from friction. [Locução de]: Soumaya Keynes e Chad P. Bown. [S. l.]: Trade Talks, 18 nov. 2020. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/4A7XSwBJGdkUQpitb3WWsm?si=T9btdHm0T1qxWGenhPsDxg>. Acesso em: 10 dez. 2020.

WILSON, Jeffrey D. Mega-regional trade deals in the Asia-Pacific: Choosing between the TPP and RCEP?. **Journal of Contemporary Asia**, v. 45, n. 2, p. 345-353, 2015.

WITcast - O RCEP: Dimensões do acordo e impacto para o Brasil. [Locução de]: Tatiana Rosito, Tatiana Prazeres e Lucas Padilha. [S. l.]: WITcast, 05 dez. 2020. Podcast. Disponível em: https://open.spotify.com/episode/2aizw19FKEdrUQNGEZHcAh?si=Jw3Kquu3TUS_jW_4Yg5WfQ. Acesso em: 10 dez. 2020.

WONG, Catherine. 15 Asian nations sign RCEP, world's biggest free-trade deal, after eight years. **South China Morning Post**. Disponível em: <https://www.scmp.com/news/china/diplomacy/article/3109939/china-declares-victory-15-asian-nations-sign-worlds-biggest>. Acesso em: 21 dez. 2020.

WRAGG, Eleanor. RCEP: a shot in the arm for Asia's supply chains, a blow to the US. **Global Trade Review**, 18 nov. 2020. Disponível em: <https://www.gtreview.com/news/asia/rcep-a-shot-in-the-arm-for-asias-supply-chains-a-blow-to-the-us/>. Acesso em 10 jan. 2020.

YE, Min. China and competing cooperation in Asia-Pacific: TPP, RCEP, and the new Silk Road. **Asian Security**, v. 11, n. 3, p. 206-224, 2015.

YONEKURA, Seiichiro; SHIMIZU, Hiroshi. Empreendedorismo no Japão antes da Segunda Guerra Mundial: o papel e a lógica dos zaibatsu. In: LANDES, David S. et al. **A Origem das Corporações**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.